

Edição v. 40
número 1 / 2021

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 40 (1)
jan/2021-abr/2021

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Todos pedem ao presidente

Everyone asks the president

JUREMIR MACHADO DA SILVA

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: juremir@pucrs.br. ORCID: 0000-0001-8105-5596

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Juremir Machado da. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1, p. XXX-YYY, jan./abr. 2021.

Submissão em: 20/01/2021. Revisor A: 18/02/2021; Revisor B: 11/03/2021. Revisor A: 12/03/2021; Revisor B: 12/03/2021. Aceite em: 15/03/2021.

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.48227>

Resumo

Este artigo aborda a comunicação entre o presidente brasileiro João Goulart (1961-1964) e as pessoas que lhe enviavam correspondências, de ex-presidentes da República a anônimos. Todos pediam ao chefe da Nação? O que pediam? Que respostas recebiam? O material examinado foi guardado durante décadas por Wamba Guimarães, um assessor de gabinete do presidente da República deposto pelo golpe de 1964.

Palavras-chave

Brasil; Governo João Goulart; Comunicação política.

Abstract

This article addresses the communication between the Brazilian president João Goulart (1961-1964) and the people who sent him correspondence, from ex-presidents of the Republic to anonymous. Did everyone ask the head of the nation? What did they ask for? What responses did they receive? The material examined here was kept for decades by Wamba Guimarães, an aide to the President of the Republic deposed by the 1964 coup.

Keywords

Brazil; João Goulart government; Political communication.

O guardião

A presidência do gaúcho João Goulart (1961-1964) foi um período político e social de grande conturbação e polarização ideológica. Eleito vice-presidente da República, Jango, como era chamado por todos, foi alçado à chefia da Nação com a súbita renúncia de Jânio Quadros, menos de sete meses depois da posse do eleito, em 25 de agosto de 1961. Apesar de ter, constitucionalmente, o direito de assumir na vacância do titular, Goulart enfrentou uma tentativa de golpe articulada por ministros militares, que o vetaram sob a suspeita de ser comunista e representar perigo de desestabilização do país. João Goulart estava em viagem, com políticos e empresários, à China no momento da desistência de Jânio. Esse aspecto anódino foi tomado como agravante. A posse de Jango, em 7 de setembro de 1961, foi garantida pela resistência comandada por seu cunhado, governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que montou o que seria conhecido como Rede da Legalidade, uma cadeia de emissoras de rádio, com a Guaíba, de Porto Alegre, na cabeça, instalada nos porões do Palácio Piratini, a sede dos governos gaúchos. A democracia venceu com o apoio da imprensa e mobilização popular.

Admitido no poder, João Goulart montou o seu governo prestando minuciosa atenção às indicações para todos os escalões. Chamou para assessor de gabinete um velho conhecido de quando ainda vivia na sua cidade natal, São Borja: o uruguaianense Wamba Guimarães, de longa carreira no serviço público. Para se ter uma ideia dessa carreira de servidor, alguns exemplos dessa caminhada: em 9 de agosto de 1954, Wamba foi nomeado por Getúlio Vargas para “exercer, interinamente, o cargo da classe E da carreira de Guarda-Livros do quadro permanente do Ministério da Fazenda”. Essa informação consta num dos papéis (917 itens) guardados pelo próprio Wamba até a sua morte, em Arujá, no estado de São Paulo, em 2003. Praticamente todos os outros documentos protegidos zelosamente por ele ao longo da vida em duas malas de viagem são correspondências enviadas ao presidente João Goulart ou minutas de cartas e discursos a serem feitos por Jango, além de informes sigilosos, relatórios, bilhetes, cartões de congratulações de chefes de Estado, telegramas e anotações esparsas.

A função de Wamba era cuidar da correspondência de Jango. Cabia-lhe organizar o fluxo: entrada, registro, encaminhamento para leitura e despacho do presidente e envio das respostas. Antes de chegar a essa função, em 15 anos de atividades, Wamba Guimarães só fez subir na sua carreira de assessor meticoloso. Em 29 de outubro de 1946, o interventor federal no Rio Grande do Sul nomeou-o para o estágio probatório no cargo de oficial administrativo do Tesouro do Estado, “visto ter sido aprovado em concurso”. Em 20 de março de 1947, foi transferido para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) ainda como oficial administrativo. Bacharel em Ciências Econômicas, em 1949 foi promovido nos quadros do TCE. Em 1950, foi autorizado a assinar “certificados de empenho”, pelo presidente do TCE, com a expressão “pelo diretor”. A burocracia era o seu chão, a sua especialidade, o seu elevador social.

Em 18 de maio de 1951, classificado como contador e economista, Wamba Guimarães foi designado pelo presidente em exercício do TCE, o prestigiado intelectual Moysés Vellinho, para integrar uma comissão de inquérito “instaurada para apurar a responsabilidade do Delegado de Polícia, Bacharel Rodolfo Pierri, quando titular da Diretoria Geral de Trânsito”. Em 24 de agosto de 1951, cedido pelo Tribunal de Contas do Estado, foi nomeado assessor contábil da direção do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Em 27 de outubro de 1952, passou a assessor administrativo da direção do DNER. Uma flecha que ascendia pela dedicação.

Ao ser empurrado para fora do poder, João Goulart pediu a Guimarães que protegesse a correspondência da qual o assessor se ocupava metodicamente. O oficial de gabinete assumiu a missão como um cão de guarda e caiu na clandestinidade com o seu tesouro. Cuidou dele até o último dia da sua vida. O neto, Ricardo Guimarães, decidiu vender o material para montar um quarto-enfermaria

apto a atender às necessidades da avó, a esposa de Wamba.¹ Burocrata eficiente, guardião fiel, Wamba Guimarães acompanhou o governo de Jango dos bastidores. Viu a derrocada chegar. Nos documentos que guardou se pode encontrar o itinerário de uma queda anunciada.

No jogo de narrativas estabelecido, cada lance descortina uma possibilidade. Pode ser muito instrutivo cruzar olhares e observar os reflexos interpretativos. O historiador norte-americano Thomas Skidmore (1975) veria o fim, em 1964, como um começo, a ruptura com uma visão de mundo capaz de abrir novos horizontes:

A derrubada de João Goulart provou que os processos constitucionais habituais tinham falhado no Brasil. Não era a primeira vez que o Exército intervinha para fazer cessar a luta entre os políticos. O precedente óbvio era 1954, mas 1964 era profundamente diferente por diversas razões. Pela primeira vez o Exército estava unido numa posição ideológica contra o populismo. Essa posição foi pela primeira vez manifesta em fevereiro de 1954 quando o 'memorando dos coronéis' tinha sido uma solicitação velada da demissão de Goulart da pasta do trabalho. Esse antipopulismo transformou-se, porém, no subsequente ultimato dos generais que acarretou o suicídio de Vargas (SKIDMORE, 1975, p. 367).

Numa leitura irônica, que também a análise acadêmica pode recorrer a dispositivos heterodoxos como forma de provocar o desvelamento, caberia um comentário de tom coloquial: é o que dá ter a história nacional contada pelo vencedor estrangeiro! Um olhar, porém, relativiza o outro. O brasileiro Jorge Ferreira (2011), historiador e biógrafo de Jango, viu parte desse outro lado encoberto:

O secretário de Justiça norte-americano, Robert Kennedy, já era conhecido no Brasil por suas declarações insultuosas contra Goulart e Brizola. Além de qualificar o primeiro como chefe de um governo 'desastroso', acusou ambos de enriquecerem no exercício do poder. John Kennedy, por diversas vezes, passou a se referir de maneira muito negativa ao Brasil, ressaltando a inflação descontrolada, o descalabro econômico-financeiro, a pobreza no Nordeste do país, o perigo de 'soluções totalitárias', entre outros comentários depreciativos (FERREIRA, 2011, p. 318).

Se analistas divergem a partir de matrizes de interpretação diversas, resta ver os escombros da história. O que o conteúdo das malas de Wamba Guimarães conta sobre esse passado que ainda exige iluminação? O que as correspondências trocadas com Jango comunicam sobre o presidente, sobre o seu governo, aqueles que lhe escrevem, o país, o contexto histórico, as relações internacionais, a imprensa, o funcionamento do poder, as expectativas sociais, as interpretações sobre o período e o golpe que viria?

A correspondência

As malas de Wamba tornaram-se um arquivo importante. As correspondências ganharam status de documentos históricos. O passar dos anos converteu papéis rotineiros em portas para a compreensão do passado. Como João Goulart se comunicava com seus correspondentes? O que, de fato, guarda e revela o tesouro de Wamba Guimarães? O guardião, quando ainda era apenas um assessor zeloso, viu a ditadura ser projetada e construída. Depois, já no anonimato, acompanhou o endurecimento do regime, os seus desmandos, o terror, a tortura, o sofrimento de Jango no exílio. Por fim, a morte do presidente deposto, a agonia do sistema, a anistia para todos como forma de proteger militares e torturadores de julgamentos e condenações necessários.

1 O material foi adquirido pela Federação Unimed-RS, com a minha intermediação, graças ao interesse do seu presidente, o médico e escritor Nilson May, por assuntos culturais. Foi-me entregue para pesquisa em primeira mão. Elaborei projeto de pesquisa para o CNPq na condição de bolsista PQ 1B. O primeiro resultado publicado foi o livro *A Memória e o Guardião: em comunicação com o presidente da República: relação, influência, reciprocidade e conspiração no governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

As cartas, ofícios, relatórios, informes, memorandos, cartões e telegramas das malas de Wamba fazem um tempo falar. O que ele diz? Pedidos, reclamações e respostas indicam a tendência do chefe da nação para atender boa parte das solicitações. Por quê? Talvez pelo interesse em fidelizar os seus apoiadores e em ampliar o leque de apoios de modo a fortalecer os mecanismos necessários à governabilidade numa época de tensões, instabilidade e incerteza. Espremido entre direita e esquerda, o moderado Jango parecia buscar um ponto de equilíbrio difícil, improvável ou certamente impossível.

Se os correligionários têm acesso fácil ao presidente da República, não há, pelo que mostram os despachos, um bloqueio partidário ou de classe social. De todos os horizontes sociais e ideológicos chegam demandas mais ou menos argumentadas. Não há limite nem gênero: por que tantos pedem tanto ao presidente da República? O que pedem? Como pedem? Quanto pedem? Por que pedem? Quem pede? Quem pede mais? Se a resposta tarda, o pedido ressurgue como cobrança, ameaça, insistência, crítica ou lamentação. Com uma caneta azul de tinta espessa, João Goulart faz, nos papéis que recebe, anotações dirigidas aos seus assessores mais diretos. O sistema funciona assim.

Os 917 itens do arquivo descortinam uma espécie de pesadelo presidencial: o chefe da nação parece cercado por uma matilha de aproveitadores dispostos a tudo para se saciarem. Todos pedem incansavelmente e com os argumentos mais rasteiros ou sem qualquer argumento. O que mais conta é a determinação e a convicção de que haverá atendimento. Quem pede? A lista é longa, diversificada e curiosa. Pede um ex-presidente da República, pedem militares de alta patente, deputados, senadores, governadores, sargentos, generais, aliados, adversários, antigos e futuros golpistas, prefeitos, homens, mulheres, velhos, jovens, anônimos, conhecidos, religiosos, um cardeal, um bispo, um padre, estudantes, artistas, músicos, gente de todos os lugares, de todas as regiões, de todos os quadrantes, a qualquer hora, todo o tempo.

As fotos do acervo de Wamba exibem o presidente envolvido com a população. Flagrantes de João Goulart em reuniões ministeriais, no meio de multidões, sorrindo, abraçando, atuando como político, relações públicas, elemento de agregação. Essas atitudes revelam aquilo que as elites chamam de populismo e a população vê, simplesmente, como o exercício do poder? O Brasil de 1961 a 1964 estremece na Guerra Fria e incendeia-se nas suas controvérsias internas, incontornáveis e fatais.

João Belchior Marques Goulart, natural de São Borja, no Rio Grande do Sul. Tornou-se “herdeiro político de Getúlio Vargas”, conforme a expressão consagrada pelo jornalismo, alcançou a presidência da República depois de duas eleições consecutivas para a vice-presidência da nação, a primeira com Juscelino Kubitschek, a segunda, como era possível na época, em oposição a Jânio Quadros. As eleições para presidente e vice eram separadas. O resultado podia ser desconcertante: dois estranhos ou oponentes compartilhando o poder. Jânio e Jango pouco tinham em comum. O vice certamente nada esperava do presidente, que, inesperadamente, lhe entregou o cobiçado cargo.

Instalado na cadeira presidencial, João Goulart rapidamente compreendeu que lhe faltavam bases de apoio sólidas para negociar com o Congresso Nacional. Era um homem inteligente, intuitivo, que sabia se cercar de assessores qualificados. Teria de ser criativo, flexível, paciente, zeloso, atento, capaz de ouvir a todos e a não ter preconceitos ideológicos. Ouvir era a sua especialidade. Teria de fazer desse dom uma arma política. Só ouvir, porém, não lhe bastaria. Todos esperavam respostas, concessões, justificativas, afagos, indicações, abertura de portas. Afinal, por que tantos pediam? A hipótese mais provável tem a ver com a situação brasileira de país com maioria analfabeta e de tradição política centrada no patrimonialismo, no cartorialismo, no coronelismo e no clientelismo, categorias que não serão analisadas aqui para evitar redundância.² Era dando que se mantinha o poder.

A lista dos pedidos escancara um país atolado em seu atraso e concentrado em um centralismo desolador. Tudo depende da caneta presidencial: autorização para obter empréstimos no Banco do Brasil

² Ver obras como Leal (2012) e Faoro (1977), ambas citadas nas referências bibliográficas do presente artigo.

ou na Caixa Econômica Federal, fundos para a compra da casa própria, empregos de todo tipo, nomeações de apadrinhados, transferência de funcionários públicos, cargos, passagens aéreas, promoções de militares, interferências de toda ordem, recomendações e abertura de portas e janelas para o futuro. Uma constante antropológica emerge: tudo depende de relações, de redes de contato, de influências que resultam em pactos de lealdade, vínculos e atos de reciprocidade.

Certos documentos explicitam acordos eleitorais assentados em futura partilha de cargos. Preto no branco, como se dizia sem o menor constrangimento. Quase nada era ilegal, tudo se negociava, muito se assumia, algumas vezes discretamente, outras sem medo da publicidade. Podia-se colocar no papel quem ficaria com que cargos e quem os distribuiria em cada lugar de acordo com as articulações feitas. Documentos são como indícios para a compreensão de uma época. Só um positivista ressuscitado poderia ainda crer na verdade absoluta do texto exumado. A qualidade do material conservado por Wamba Guimarães está na homogeneidade dos vestígios, que permitem reconstituir um ambiente por demais visitado. Entra-se na materialidade daquilo que se costuma saber por meios indiretos ou por vagas aproximações sucessivas.

Que personagens sobressaem desse passado tão próximo e tão distante? São muitos: o político oportunista, o militar cansado da guerra, o estudante de dedo em riste, o governador astuciosamente cortês, o ex-presidente à espera de um novo reencontro com o poder, o colecionador de autógrafos, o filho de uma personalidade política de primeira linha diagnosticando os problemas do presente e prevendo sem margem de erro os desfechos do futuro, o ministro em busca de recursos, a cidadã que pede um cavalo, o general que quer dinheiro para quitar a compra da sua sonhada casa própria, o jornalista famoso aliado do presidente que se interroga sobre os próximos passos a dar, o diretor de jornal que faz indicações para altos cargos, os informantes das tentativas de golpe ainda não esquecidas e dos golpes ainda em preparação, os assessores fiéis que elaboram discursos e minutas de projetos capazes de abalar o conservadorismo dominante.

Se há pedido, há pedintes. Se há quem conceda, há razões para tanto. Nada acontece por acaso. Trata-se de uma engrenagem, de um dispositivo em funcionamento, de uma máquina em movimento, de uma modalidade de gestão da coisa pública passada de governo para governo. Que fatos podem ser desenterrados desse depósito de histórias pouco edificantes? Um plano de bombardear o Congresso Nacional, relatórios sobre reuniões secretas, ou nem tanto assim, de insatisfeitos com o governo, articulações nebulosas para salvar o país do espectro comunista que rondaria o regime com a conivência do presidente da República e a participação efetiva de alguns dos seus colaboradores, necessidades comezinhas informadas ao homem mais importante do país. Histórias escritas a muitas mãos: as mãos dos que pedem, as mãos de quem concede, as mãos de quem faz intermediação, as mãos do poder.

Jango ouvia e respondia. Buscava desesperadamente ser ouvido para poder governar ou por parte da sua personalidade conciliadora. Mesmo assim, ele não teria, porém, o grosso da mídia ao seu lado. O historiador Jorge Ferreira (2011) procurou apresentar com ponderação a situação que levaria à queda do presidente:

Com exceção dos donos dos jornais que assumiram claramente seu repúdio a Jango, a exemplo de *O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, a imprensa, de maneira geral, o apoiava, desde que ele se mantivesse afastado das esquerdas. Foi o caso do *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Jornal* que, a partir de outubro de 1963, se uniram formando a chamada Rede da Democracia. Os jornais das três organizações, a partir daí, unificaram suas críticas ao governo (FERREIRA, 2011, p. 413).

Na prática, Jango dava mais do que recebia. A política de conciliação não funcionou. A estratégia de radicalização funcionaria menos ainda. O seu governo padecia de uma queda anunciada ou de um impasse que crescia com o tempo e a polarização. O homem da escuta havia recebido para governar um país que não dialogava. As elites pareciam satisfeitas com o abismo do qual se alimentavam:

O Brasil que João Goulart recebeu para governar era um país atolado na desigualdade social. Somente 3.350 milhões possuíam terra. Apenas 2,2%, míseros 73.737 proprietários, dominavam 58% da superfície territorial. O quadro era desolador: 'Numa população de cerca de 78 milhões de habitantes, 40% de analfabetos entre 15 e 69 anos, esqueléticos 6 milhões (8,5%) matriculados na rede de ensino primário, míseros 900 mil (1,2%) no ensino médio e vergonhosos 93 mil (0,13%) no ensino superior, apenas dois mil alunos de pós-graduação' (SILVA, 2013, p. 60).

Diante desse quadro tenebroso, toda concessão era insuficiente e toda radicalização era excesso. João Goulart escrevia o seu epitáfio crendo na salvação.

Os pedidos

Se todos pedem, como eram esses pedidos? Qual era a retórica da demanda? Cabe examinar alguns pedidos para dar uma imagem do todo. Em 21 de abril de 1963, Tancredo Neves, que fora primeiro-ministro no parlamentarismo de ocasião, adotado para permitir a posse de Jango em 1961, escrevia à mão ao presidente.

Meu caro presidente, pelo Caillard, faço chegar às suas mãos carta que me enviou para lhe ser entregue pelo nosso prezado amigo Bolívar de Freitas que acaba de ser dispensado do seu posto em Beirute, um tanto 'à galega'. Peço permissão para lhe ponderar que o ato de exoneração de Bolívar poderá lhe criar a curto e a longo prazos alguns problemas. a) ele é irmão do ministro Gonçalves de Oliveira, que tem sido voto certo nos problemas de interesse do governo, no Supremo Tribunal Federal; b) o Bolívar é pessoa da mais absoluta intimidade do JK; c) os deputados do PR mineiro que lhe estão dando o mais firme e decidido apoio serão frontalmente atingidos pelo ato, pois que o Bolívar é um dos seus dirigentes de Partido, em Minas; d) a repercussão do ato, na opinião pública de Minas, onde o Bolívar desfruta de profunda estima e do mais alto apreço, será das mais desfavoráveis ao governo. Sobre o caso é que me cumpre ponderar para sua decisão. Formulando os mais sinceros votos pelo êxito de sua viagem ao Chile, que será mais uma bela página na sua nobre carreira de estadista. Aqui fica para o que der e vier o sempre seu Tancredo Neves.

No caso acima, a demanda assumia ares de defesa dos interesses do presidente. Mais do que pedir, aconselhava. O resultado deveria ser um só: manter no cargo o atingido por uma inadequada decisão. Em 4 de novembro de 1963, Juscelino Kubitschek dirige-se ao presidente da República em tom satisfeito: "Agradeço eminente amigo autorização dada pedido Delamare de Abreu empréstimo CX Econômica São Paulo aquisição casa própria". Delamare de Abreu, com o nome de Ranchinho, fazia sucesso na dupla sertaneja com Alvarenga. JK praticava o mais tradicional apadrinhamento clientelista. Já não era conselho, mas exercício explícito de influência. Em 22 de fevereiro de 1962, JK ia direto ao ponto com argumentos afetivos:

Meu caro Jango, o Carlos Neto Teixeira, amigo meu e seu, é candidato a agente do Lloyd em Santos. Tenho naturais constrangimentos de aborrecê-lo com pedidos, pois sei quanto atormentam um presidente da República. Sou, entretanto, forçado a uma exceção. O Carlos é um excelente companheiro, dedicado ao extremo à causa que defendemos em 55 e depois em 60 e com todos os títulos para o cargo. Ficarei muito grato se o meu ilustre companheiro puder atendê-lo.

Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, conspirava e despachava com a mesma desenvoltura. Em 9 de setembro de 1963, enviou mensagem ao secretário pessoal de Jango pedindo que agradecesse ao presidente da República pela autorização de empréstimo da Caixa Econômica Federal de Minas Gerais, no valor de 4 milhões de cruzeiros, concedida para o senhor Edgar Ferreira Duca. Na mesma data, outra mensagem agradecia pela liberação de empréstimo de 8 milhões de cruzeiros para Ari Fernandes da Rocha. Os seus pedidos pareciam ordens a executar por conveniência.

Numa carta manuscrita, de 12 de março de 1964, às vésperas da tempestade do Comício da Central do Brasil, certo general Solon pede autorização presidencial para obter um empréstimo na Caixa Econômica Federal. A introdução é um tratado acerca da sobreposição dominante entre coisa pública, relações pessoais e ação política:

Prezadíssimo e denodado chefe Dr. João Goulart, a quem estou fortemente ligado por laços de indestrutível amizade, sentimentos afetivos de família e também pelas árduas lutas nacionalistas que juntos empreendemos e que vêm acelerando o processo histórico da nossa Pátria. Com um forte e afetuoso abraço, o meu cordial cumprimento, a nossa confiança e solidariedade irrestrita. Desejaria merecer do meu ilustre e digno chefe e amigo Jango uma especial e particular fineza, qual seja, autorizar ao Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais através da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro um empréstimo no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para aquisição da casa própria dispensando também o período de carência.

Mauro Borges, governador de Goiás, fazia pressão. Em junho de 1962, reclamava: “Peço-lhe o obséquio de recomendar ao ministro Moreira Sales nos fornecer mais quinhentos milhões do montante de letras do tesouro que o senhor nos prometeu”. Em seguida, indicava: “Caso o senhor não tenha compromisso, peço-lhe, com muito empenho, o aproveitamento do general Américo Braga para vaga no Superior Tribunal Militar”. A assessoria de Jango fazia o fluxo andar: “O governador do Espírito Santo, sr. Francisco Lacerda de Aguiar, solicita a Vossa Excelência examinar a possibilidade de nomear seu filho, sr. dr. Paulo Vianna de Aguiar, para administrador do Parque Nacional do Caparaó”. Jango mandou remeter o pedido ao Ministério da Agricultura.

Nenhuma função ou atividade era obstáculo ao exercício dos pedidos. Em 24 de novembro de 1961, o presidente João Goulart assinou uma resposta datilografada ao “eminente amigo Dom Jaime Câmara”, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro:

Recebi, com todo apreço, a sua cartinha de 19 do corrente, recomendando o nome do dr. Paulo Monteiro Mendes para um posto de destaque na direção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em resposta, apraz-me informar-lhe que já me dirigi, manifestando todo o interesse sobre o assunto, ao almirante Lucio Meira, Diretor Presidente daquela Empresa. Receba, nesta oportunidade, o testemunho da minha particular estima e consideração.

Em 17 de dezembro de 1962, Dom Carlos Motta, cardeal arcebispo de São Paulo, faz, se a expressão não for desrespeitosa, genuflexão: “Venho mais uma vez recorrer a nunca desmentida generosidade de V. Excia; e, agora, em nome do meu parente e amigo, Sr. Geraldo Mauro Gomes, a fim de que V. Excia. se digne a nomeá-lo para o emprego de que falará pessoalmente”. Não poderia faltar uma justificativa: “Empenho-me em favor dele por se tratar de pessoa muito digna de confiança e, além disso, por ser um pai de família que luta por ela, destituído de recursos materiais”.

Em papel timbrado da Câmara dos Deputados, Francisco Leite Neto, parlamentar do PSD, avisa com pretensa justificativa:

O governador de Sergipe – Seixas Dória – relembra ao Presidente o pedido de nomeação que fez para o agrônomo – Aloisio Aciole Leite – chefiar o Fomento Agrícola de Sergipe. Desejava que ao tomar posse a nomeação já estivesse feita para facilitar os entendimentos sobre o plano de ação.

Em 21 de fevereiro de 1962, Jango recebeu uma lista de nomes, junto do cartão de visitas de Roberto Marinho, dono do jornal O Globo, com sugestões para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo: “Sylvio Froes da Fonseca, diretor do Instituto de Tecnologia; Antônio Viana de Souza, consultor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional; Adão de Freitas, advogado do Banco do Brasil e da Companhia Siderúrgica Nacional”.

A imprensa dependia do governo para comprar papel importado. No arquivo de Wamba Guimarães, encontram-se dezenas de relações de valores e garantias para compra de papel pelas grandes empresas jornalísticas. A radiografia da relação incestuosa entre imprensa e governo aparece no extrato dos empréstimos garantidos pelo Estado.

Bloch Editores s.a. – Rio de Janeiro Operações normais Valor..... Cr\$ 99.600.000,00
Espécie: desconto de duplicatas papel de imprensa Valor..... Cr\$ 100.000.000,00
Garantia: contrato de empréstimo, por conta do Governo Federal, referente ao 1º período, que vai de abril/62 a março/63, com promessa de garantia real, ainda não concretizada, reforçada pela fiança dos diretores da empresa, em situação normal. Valor..... Cr\$ 50.000.000,00

Eram empréstimos no Banco do Brasil, garantidos pelo governo federal, com promessas de garantia real não concretizadas. Uma dependência explícita com plena liberdade de crítica. A situação se repete de “A” a “Z”, da Artes Gráficas Gomes de Souza, do Rio de Janeiro, com um empréstimo de Cr\$ 70.100.000,00, à Casa Editora Vecchi, devedora de Cr\$ 40.000.000,00, “por conta do Governo Federal, com promessa de garantia real”. É longa a lista dos devedores garantidos pelo governo com promessa de garantia real não concretizada: Boa Leitura Editora; Gazeta de Pinheiros, São Paulo; Antena Empresa Jornalística; Revista do Rádio Editora Ltda.; Saraiva S.A.; Livrários Editores S.A.; Selbach & cia, de Porto Alegre; Nascimento Júnior & cia, de Santos; Livraria Martins Editora, de São Paulo; Jornal dos Sports, do Rio de Janeiro; cia Editora Nacional; cia Jornalística Castelar; cia Editora Fon Fon e Seleta; Editora O Estado do Paraná; Editora LEP; Editora Impressora de Jornais e Revistas S.A.; Ary Mills, União da Vitória (PR), Ao Livro Técnico S.A.; Tenório Cavalcanti – Luta Democrática; Sociedade Comercial e Representações Gráficas, de Curitiba, S.A. Jornal do Brasil (Cr\$ 100.000.000,00), S.A.; O Estado de S. Paulo (Cr\$ 70.000.000,00), O Povo, de Fortaleza; Empresa Jornalística PN, do Rio de Janeiro; Diário Popular, de São Paulo; Empresa Jornalística Comércio e Indústria; Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A.; Empresa Gráfica Correio do Sul, de Bagé, RS (Cr\$ 750.000,00); Folha da Manhã, de São Paulo (Cr\$ 100.000.000,00); O Livro Vermelho dos Telefones; Shopping News do Brasil Editora; Editora Abril Ltda. (Cr\$ 70.000.000,00); Conquista Empresa de Publicações Ltda.; Editora das Américas; Editora Brasil América; Edibrás; Editora Brasiliense; Gazeta Mercantil; Editora O Pensamento; Efecê Editores; Ersol; Paraná Esportivo; Edigraf, J.C. Barros, de Porto Alegre; J. Câmara.

Nas malas de Wamba Guimarães havia também interessantes papéis de antes da chegada de João Goulart à presidência da República. Em 12 de março de 1955, de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek escreveu a Jango, então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, para formalizar o que fora costurado por eles em conversas preliminares:

De acordo com os entendimentos verbais que mantivemos, visando o [sic] apoio do Partido Trabalhista Brasileiro à minha candidatura à presidência da República, venho declarar-lhe que assumo perante o amigo e o PTB os seguintes compromissos:

1º – O candidato à Vice-Presidência da República, na chapa por mim encabeçada, será indicado pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

2º – Se eu for eleito Presidente da República, o Ministério do Trabalho com as Autarquias ligadas à sua atividade, o Ministério da Agricultura e a Carteira Agrícola do Banco do Brasil caberão ao Partido Trabalhista Brasileiro.

3º – O Partido Trabalhista Brasileiro terá participação nas nomeações para os cargos públicos federais, na proporção de 1/3 (um terço).

4^o – A política do Estado do Rio Grande do Sul será realizada através do Partido Trabalhista Brasileiro e da dissidência local do PSD que vier se somar ao PTB para efeito da campanha eleitoral e do apoio ao futuro Governo Federal no mesmo Estado.

5^o – A mesma condição do item anterior prevalecerá com relação à política dos Estados de Pernambuco e Santa Catarina.

6^o – Os recursos financeiros para a campanha eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro para a próxima sucessão presidencial serão proporcionados pelos órgãos centrais diretores de minha campanha à Presidência da República.

Em 6 de julho de 1955, JK escreveu a Jango sobre o mesmo tema:

Confirmando nosso entendimento pessoal, venho declarar ao prezado amigo que estou inteiramente de acordo com os entendimentos estabelecidos entre você e o Deputado Mário Palmério com relação ao seguinte: 1 – Todas as nomeações federais no Triângulo Mineiro serão sempre feitas de comum acordo com o Deputado Palmério. 2 – Todas as subvenções e auxílios de qualquer natureza possibilitados pela iniciativa do Governo Federal às entidades culturais, educacionais e assistenciais em funcionamento na região do Triângulo Mineiro serão sempre proporcionados de comum acordo com o Deputado Mário Palmério.

O deputado citado é o mesmo que brilharia na literatura com *Vila dos Confins* e *Chapadão do Bugre*, dois excelentes romances. Tem-se aí uma amostragem do funcionamento da máquina pública na época e do papel do presidente da República como despachante dos interesses variados dos diversos extratos sociais. João Goulart atuava em função da busca pela governabilidade. Quem pedia queria ser atendido. Pedir era quase uma ordem, ainda mais quando o pedido era de algum político.

Considerações finais

A correspondência recebida pelo presidente João Goulart, anotada por ele em despachos à mão, mostra, em primeiro lugar, a importância da rede de relações numa época dominada por favores políticos e pela falta de uma racionalização mais profunda dos mecanismos de exercício do poder. A governabilidade desejada dependia de tentativas constantes de ampliação do leque de alianças. Atender aos pedidos de aliados era uma óbvia forma de manter a fidelidade da tropa. Atender demandas de adversários podia ser um modo de tentar atraí-los para uma relação mais cordial e, quem sabe, obter apoios pontuais em questões controversas. Goulart fez dessa comunicação direta com correspondentes de todos os tipos, de cidadão anônimo a ex-presidente da República, um instrumento de aproximação, de vinculação e de cortesia. Era preciso catalogar, responder, atender se possível, cativar, explicar, jamais ignorar.

O material zelosamente guardado por seu assessor de gabinete, o fiel Wamba Guimarães, funciona como uma porta para os bastidores de um governo marcado por crises, convulsões e interrompido abruptamente por um golpe midiático-civil-militar. Mais do que tudo, fica claro o quanto João Goulart acreditava na comunicação com seus interlocutores: ouvia, lia, respondia, lançava pontes, tentava resolver. Se era, como se costuma dizer, um homem de escuta, era também um homem de respostas.

Referências

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1977.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **A memória e o guardião**: em comunicação com o presidente da República: relação, influência, reciprocidade e conspiração no governo João Goulart. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Juremir Machado da. **Jango, a vida e a morte no exílio**: como foram construídos, com ajuda da mídia, o imaginário favorável ao golpe e as narrativas sobre as suspeitas de assassinato do presidente deposto em 1964. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.